



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(5ª ICFeX / 1982)**

**DIEx nº 54-DE/SAF/5ª ICFeX - CIRCULAR
EB: 64605.003651/2019-43**

Curitiba, PR, 5 de fevereiro de 2019.

Do Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao Sr Chefe da Seção de Inativos e Pensionistas da 5ª Região Militar, Chefe do Estado Maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, Chefe do Estado Maior da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, Chefe do Estado Maior da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, Chefe do Estado Maior da 5ª Divisão de Exército, Chefe do Estado Maior da 5ª Região Militar, Chefe do Estado Maior da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército, Ordenadores de Despesas de Unidades Gestoras Vinculadas, Cmt/Ch/Dir de OM sem autonomia administrativa

Assunto: Dano ao Erário - independência das esferas de responsabilidade civil, penal e administrativa

1. Sobre o assunto, informo a V.Sa, para fins de divulgação junto aos Agentes da Administração, que **a posição do CCIEx, expressa durante Reu Ch ICFeX realizada no 2º Semestre de 2018, é de que NÃO É NECESSÁRIO AGUARDAR DECISÃO PENAL para exigir a reparação do dano ao Erário.**

2. A posição do Controle Interno se ampara independência das esferas de responsabilidade civil, penal e administrativa constante nos seguintes normativos:

a. Regra específica para servidor de carreira e temporário constante na Lei 8.112/1990:

Art.125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

b. Regra específica para militar do EB:

1) Art 14, § 2º, do Decreto 4.346/02 (RDE):

§ 2º As responsabilidades nas esferas cível, criminal e administrativa são independentes entre si e podem ser apuradas concomitantemente.

2) Art 109, § 1º e § 3º, Decreto 98.820/90 (RAE):

Art. 109. A responsabilidade será civil quando ocorrer prejuízos para a União ou para pessoa física ou jurídica.

§ 1º A responsabilidade civil não isenta o responsável da sanção administrativa e/ou criminal relativa ao evento.

§ 2º A responsabilidade civil imputada ao agente ou auxiliar culpado acarretará o ressarcimento dos danos ou prejuízos causados à União ou a terceiros, com as cominasses legais.

c. situações envolvendo improbidade administrativa (Art 12 da Lei 8492/92 - Lei de Improbidade Administrativa):

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

d. situações envolvendo atos de corrupção (Art 27 e 30 da lei 12.846/13 - Lei Anticorrupção):

Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

5) situações envolvendo licitações e contratos (Art 82 e 83 Lei 8.666 - Lei de Licitações):

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

3. Caso alguma UG tenha entendimento diverso, solicita-se que a mesma apresente suas considerações à 5ª ICFEx por meio de documento denominado “Memória”, nos termos da Portaria nº 004-SEF, de 06 de novembro de 2002 e Instruções Gerais para a Correspondência do Exército (EB10-IG-01.001).

NIVALDO LUIZ VIANA FARIAS - Cel
Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

**"CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL, 1919/1940: VETOR DE
PROFISSIONALIZAÇÃO EM NOSSO EXÉRCITO"**